

Bioética de Intervenção: nada sobre nós, sem nós

Wagner Eduardo Estácio de Paula¹, Emiko Aparecida de Castro Matsuoka¹

¹Universidade de Brasília, Brasil

Resumo

Propósito/Contexto. Reconhecer a Bioética de Intervenção (BI) como importante marco conceitual, principalmente no contexto latino-americano.

Metodologia/Enfoque. Revisão integrativa, utilizando o termo bioética de intervenção para pesquisa em diversas bases de dados, buscando contextualizar seu conceito.

Resultados. A BI está se apresentando como importante referencial para a compreensão das realidades sociais e propor mudanças ante as desiguais relações que se estabelecem entre países centrais e periféricos no sistema-mundo capitalista. Assume-se a existência de uma clara politização acerca dos problemas morais, tidos como situações persistentes e emergentes, que afetam principalmente os mais vulnerados. De caráter transdisciplinar, a BI vai além da biologia, visto que está pautada no paradigma da complexidade e é contrária à fragmentação do conhecimento. Apresenta-se como crítica à bioética principialista e tem como categorias referenciais a corporeidade, o empoderamento, a libertação e a emancipação. Também é composta pelo marco teórico-prático denominado de “quatro P’s”: prevenção, proteção, precaução e prudência.

Discussão/Conclusões/Contribuições. É fundamental pensar e enfrentar os problemas que afligem as populações periféricas a partir das pessoas e epistemologias desses locais, utilizando um filtro epistemológico dos países periféricos, em relação ao pensamento historicamente hegemônico do centro do sistema-mundo capitalista, consistindo, também, num movimento de decolonização e de intervenção sem intromissão.

Palavras chave: bioética, América Latina, vulnerabilidade social, epistemologias do sul, desigualdade.

Autor da correspondência:

1. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte,
CEP: 70910-900, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
Correio-e: wagner.estaciodepaula@gmail.com

História do artigo:

Recebido: 20 de novembro, 2021
Revisto em: 15 de enero, 2022
Aprovado: 31 de enero, 2022
Publicado em: 12 de febrero, 2022

Como citar este artigo:

Estácio de Paula, Wagner Eduardo e Emiko Aparecida de Castro Matsuoka. 2022. “Bioética de Intervenção: nada sobre nós, sem nós.” *Bios Papers* 1, no. 2: e3925. <https://doi.org/10.18270/bp.v1i2.3925>

Bioética de intervención: nada sobre nosotros, sin nosotros

Resumen

Propósito/Contexto. Reconocer una bioética de la intervención (BI) como un marco conceptual importante, especialmente en el contexto latinoamericano.

Metodología/Enfoque. Revisión integrativa, utilizando el término "Bioética de la intervención" para la investigación en varias bases de datos, buscando contextualizar su concepto.

Resultados/Hallazgos. La Bioética de la intervención se presenta como una referencia importante para la comprensión de las realidades sociales y proporciona cambios frente a las relaciones desiguales establecidas entre los países centrales y periféricos en el sistema-mundo capitalista. Supongamos que existe una política clara sobre los problemas morales, vistos como situaciones persistentes y emergentes que afectan principalmente a los más vulnerables. Con un carácter transdisciplinario, la BI va más allá de la biología, ya que se basa en el paradigma de la complejidad y es contraria a la fragmentación del conocimiento. Se presenta como una crítica a la bioética principalista y tiene como categorías de referencia la corporeidad, el empoderamiento, la liberación y la emancipación. También se compone del marco teórico-práctico denominado las "cuatro P's": prevención, protección, precaución y prudencia.

Discusión/Conclusiones/Contribuciones. Es fundamental pensar y enfrentar los problemas que afligen a las poblaciones periféricas de los pueblos y epistemologías de estos lugares, utilizando un filtro epistemológico de países periféricos, en relación con el pensamiento históricamente hegemónico del centro del sistema-mundo capitalista, el cual consta también de un movimiento de descolonización e intervención sin intrusiones.

Palabras clave: Bioética, poblaciones vulnerables, publicaciones, vulnerabilidad social, derechos humanos, inclusión social, polvos, justicia social.

Bioethics of intervention: nothing about us, without us

Abstract

Purpose/Context. Recognize Intervention Bioethics (BI) as an important conceptual framework, especially in the Latin American context.

Methodology/Focus. Integrative review, using the term bioethics of intervention for research in several databases, seeking to contextualize its concept.

Results. BI is presenting itself as an important reference for understanding social realities and proposing changes in the face of unequal relations established between central and peripheral countries in the capitalist world-system. It is assumed that there is a clear politicization of moral problems, seen as persistent and emerging situations, which mainly affect the most vulnerable. With a transdisciplinary character, BI goes beyond biology, as it is based on the paradigm of complexity and is contrary to the fragmentation of knowledge. It presents itself as a criticism of principalist bioethics and has corporeality, empowerment, liberation and emancipation as reference categories. It is also made up of the theoretical-practical framework called the "four P's": prevention, protection, precaution and prudence.

Discussion/Conclusions/Contributions. It is essential to think about and face the problems that afflict peripheral populations from the people and epistemologies of these places, using an epistemological filter of peripheral countries, in relation to the historically hegemonic thinking of the center of the capitalist world-system, also consisting of a movement of decolonization and intervention without intrusion.

Keywords: Bioethics, vulnerable populations, publications, social vulnerability, human rights, social inclusion, octopuses, social justice.

Introdução¹

A Bioética de Intervenção (BI) vem sendo construída desde os anos 1990 no âmbito do então Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética, hoje Programa de Pós Graduação da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília. Desde os primórdios, seu foco central foi a defesa da inclusão social no contexto dos avanços científico-tecnológicos do setor de saúde e da vida no seu amplo sentido.

Desde seu início, a Bioética de Intervenção (BI) se apresentou como uma alternativa ao principalismo e à importação acrítica das epistemologias anglo-saxônicas do Norte (Garrafa e Porto 2008), desnudando sua limitada aplicabilidade prática à realidade latino-americana e aos países periféricos do mundo de um modo geral. Essa situação se deve ao fato de a bioética desenvolvida nos países centrais focarem na supervalorização do individual em detrimento do coletivo e ao princípio da autonomia em prejuízo da justiça (social), além da existência de uma constante incompatibilidade entre seus quatro princípios pretensamente universais e da inobservância a aspectos centrais do contexto de vulnerabilidade social dos países periféricos, marcado por raízes históricas e culturais completamente diferentes.

Nesse sentido, a insurgência epistemológica da BI se fundamenta em uma proposta anti-hegemônica de caráter socialmente responsável, a serviço da banda mais frágil da sociedade (Garrafa e Porto 2002), politizada e que se apresenta como uma teoria em constante evolução. Também vale destacar que a Bioética de Intervenção se caracteriza como uma prática cognitiva construída a partir da comunidade das vítimas, sendo estas invisíveis às sociedades ditas “desenvolvidas” e entendendo que essa invisibilidade é pensada como uma estratégia de dominação (Garrafa e Machola-Castillo 2005). Em síntese, a BI consiste no que Ferreira chamou de “uma nova proposta insurgente de territorialização epistemológica da bioética” (Ferreira 2015).

Este modo de pensar as questões éticas relacionadas à vida, com especial atenção às pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade, tem como principal proponente e divulgador Volnei Garrafa, cujo espaço de produção de conhecimento, como já foi dito, se situa na Cátedra UNESCO/Programa de Pós-graduação em Bioética da Universidade de Brasília (UnB). A importância desta epistemologia, oriunda do “Sul” global, vem obtendo crescente destaque nas produções acadêmicas sobre bioética. A exemplo disso, Ferreira e do Nascimento (2015, 280) relatam a visão de Rita Segato, importante antropóloga, a qual afirma que, ao se verificar os construtos teóricos latino-americanos que expandiram a outros continentes, identifica-se um seletivo grupo formado pela Teologia da Libertação, Pedagogia do Oprimido, Teoria da Dependência, Teoria da Colonialidade do Poder e, mais recentemente, a Bioética de Intervenção.

Cabe destaque para o fato que a Bioética de Intervenção pensa os problemas que as sociedades enfrentam por meio de duas distintas formas classificatórias: situações persistentes em bioética (fome, aborto) e situações emergentes (engenharia genética, transgênicos). É importante sinalizar que ambas não são fixas e imutáveis, ou seja, os problemas emergentes podem se tornar persistentes, a depender do andamento histórico, social, tecnológico e político das comunidades. Essa forma de pensar os problemas morais e éticos exige uma cuidadosa análise política e social, não sendo, portanto, uma espécie de manual ou cartilha compostos por prescrições. Em vista disso, cada caso deve ser avaliado singularmente e vinculado diretamente à sua realidade sociopolítica.

1 Este artigo é fruto dos debates promovidos pela disciplina “Fundamentos da Bioética”, do Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética) da Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. A disciplina coordenada pelo Prof. Doutor Volnei Garrafa e Prof^a. Doutora Monique Pyrrho analisa, dentre outros elementos, as origens, evolução, e conceitos filosóficos e práticos que permeiam a bioética, em especial na América Latina e demais países do “sul”.

Com um olhar político propositivo frente aos problemas que afetam a sociedade e principalmente os mais vulneráveis, a Bioética de Intervenção apresenta uma série de construções teóricas que a fundamenta. Pensada desde o Sul e para o Sul, esta teoria busca promover uma ampliação conceitual da saúde e afastar-se da lógica “hospitalocêntrica”. Ao mesmo tempo, a Bioética de Intervenção se aproxima das causas sociais, admite a dificuldade em compreender as complexas relações estabelecidas entre as pessoas e instituições e, portanto, não compactua com a redução da realidade como um todo a apenas um de seus aspectos e nem com a compartimentalização do conhecimento (Nascimento 2010).

Isto posto, a Bioética de Intervenção assume o Paradigma da Complexidade, a Totalidade Concreta e a Transdisciplinaridade (Garrafa 2006) como bases teóricas essenciais para compreensão dos fenômenos que envolvem a vida das pessoas. Além disso, uma das diretrizes da Bioética de Intervenção é, seguramente, o pluralismo moral, a qual converge com pensadores como Olivé (2005), ao sugerir que diversas soluções podem ser apresentadas para a resolução de um problema único. Nessa metodologia, todas estas soluções possuem igual legitimidade e, desta feita, o respeito deve imperar entre as pessoas com diferentes visões morais, sendo o diálogo uma peça fundamental de intervenção sem intromissão.

Alguns marcos epistemológicos são centrais para a Bioética de Intervenção, a exemplo da corporeidade, empoderamento, emancipação e libertação, cuidado, responsabilidade, solidariedade crítica, tolerância e alteridade. Outrossim, esta proposta teórica considera na sua aplicação prática os denominados “4 Ps”: prudência diante dos avanços, prevenção de possíveis danos, precaução frente ao desconhecido e proteção aos vulneráveis e desassistidos – vítimas das consequências da desigualdade social e econômica. Ademais, a mesma está comprometida com o equilíbrio ambiental, fundamental para as condições de vida no planeta (Garrafa e Porto 2008).

Este estudo busca identificar os principais temas que estão sendo debatidos no campo da Bioética de Intervenção, a fim de demonstrar seu caráter multi-inter-transdisciplinar. Dado o exposto, os resultados da pesquisa em tela apresentam a forma como os problemas característicos da América Latina e regiões periféricas são pensados a partir do próprio Sul Global, estabelecendo, assim, uma ligação direta com a realidade e o cotidiano destas populações.

Metodologia

A revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática (Tavares, Dias e de Carvalho 2010). Com o propósito de identificar diferentes enfoques teórico-conceituais sobre o tema em um recorte histórico recente, realizou-se uma revisão integrativa entre os anos de 1995 até novembro de 2020.

As etapas percorridas no processo de revisão foram: identificação do tema; eleição de descritores, bases de dados, critérios para inclusão e exclusão de estudos; organização dos estudos selecionados; interpretação dos resultados dos artigos selecionados; e síntese descritiva do conhecimento produzido. Uma vez escolhida a Bioética de Intervenção como tema, foi elaborada uma questão norteadora: quais os principais enfoques teórico-conceituais sobre a Bioética de Intervenção, no recorte temporal 1995 – 2020?

Em seguida, foram eleitos os descritores. Optou-se por trabalhar com descritores associados, aplicados nos campos título ou assunto com o termo *Bioética de Intervenção*. Para a realização do levantamento dos estudos, foram consultadas a base de dados do Portal de Periódicos da CAPES e os sítios eletrônicos dos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Bioética e Revista Bioética.

Foram elencados como critérios de inclusão: 1) artigos publicados na base selecionada; 2) artigos publicados no recorte temporal 1995-2020; 3) artigos disponíveis nos idiomas português, inglês ou espanhol; 4) artigos cujos títulos apontam para a Bioética de Intervenção enquanto objeto primário; 5) artigos cujos resumos reforçam a Bioética de Intervenção como objeto primário; 6) artigos completos e resumos publicados a partir de eventos científicos; e 7) artigos publicados em periódicos revisados por pares. Como critérios de exclusão considerou-se: 1) artigos em duplicatas; 2) estudos de revisão; 3) resenhas de livros; 4) editoriais; e 5) artigos sem aderência ao objeto de estudo.

Nesse sentido, realizou-se busca inicial, com a utilização do termo Bioética de Intervenção (n = 441) e após a aplicação dos critérios de inclusão de recorte temporal (n = 302), foram selecionados os periódicos revisados por pares (n = 223). Desse universo, foram levantados os periódicos que apontam a Bioética de Intervenção como objeto primário (n = 44), para posteriormente aplicar os critérios de exclusão supramencionados.

Logo depois, organizou-se o banco de dados preliminar, em ordem alfabética, visando à leitura de todos os seus resumos e à coleta da frequência com que o termo “Bioética de Intervenção” aparece nos textos. Uma vez lidos, procedeu-se ao segundo momento de aplicação de critérios de exclusão para a seleção dos artigos a serem lidos na íntegra (n = 30).

Resultados

A partir dos artigos selecionados, buscou-se identificar o enfoque adotado por essas pesquisas. Foram encontradas as seguintes linhas teóricas, as quais foram codificadas da seguinte forma:

1. Equidade no acesso à saúde e atuação dos profissionais nos serviços de saúde;
2. Bases conceituais da Bioética de Intervenção e perspectivas decoloniais;
3. Direitos humanos (discriminação de gênero, e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; segurança alimentar e nutricional; direitos dos migrantes e refugiados);
4. Conceitos de vulnerabilidade e populações vulneráveis;
5. Regulação em saúde.

O primeiro enfoque teórico está relacionado ao acesso à saúde e atuação dos profissionais nesse campo. Araujo et al. (2011) abordam o estigma e a discriminação que sofrem as pessoas portadoras de HIV/Aids e as dificuldades que estas enfrentam quando buscam tratamento nos estabelecimentos de saúde. Para as autoras, em razão da ocorrência de condutas discriminatórias no sistema de saúde, a Bioética de Intervenção é importante para a discussão das moralidades, a fim de diminuir as vulnerabilidades dessa população. O diálogo bioético é requerido também na discussão sobre o acesso aos pacientes aos tratamentos reparadores da lipodistrofia, uma das reações adversas dos medicamentos antirretrovirais.

Bernardes et al. (2009) promovem um debate sobre as teorias bioéticas em relação ao tema das pessoas com deficiência, cujo estigma e a existência de conceituações múltiplas sobre a questão resultam em dificuldades no acesso e atendimento a estas pessoas. Outro ponto é que a diversidade de situações socioculturais requer análises sob o prisma da Bioética de Intervenção, assim como a própria alocação de recursos e implementação de políticas públicas.

Adversidades similares são registradas no estudo de Nascimento e Monsore (2018) sobre o acesso e cuidados em saúde no caso das pessoas com Doenças Raras (DR). O olhar

politizado da Bioética de Intervenção é apontado como um viés importante nos debates sobre políticas de saúde voltadas a esse público, contando com a participação social. De acordo com os autores, o papel do Estado é crucial nesse processo, cuja ação deve ocorrer fora da lógica mercadológica que rege a assistência de saúde e a indústria farmacêutica, de modo a promover uma maior inclusão dos indivíduos com DR.

O estudo de Gonçalves et al. (2010) também trata das atividades dos profissionais de saúde, neste caso, os cirurgiões-dentistas na estratégia de Saúde da Família (eSF). Ao analisar o acesso ao atendimento odontológico e a diversidade de rotinas adotadas, assim como os serviços de referência para tratamento odontológico e os vínculos estabelecidos entre profissionais e população, os autores buscaram compreender a atuação dos cirurgiões-dentistas sob o olhar da Bioética de Intervenção, no que tange aos seguintes conceitos: empoderamento dos vulneráveis, justiça social e sanitária, participação popular e controle social.

Seguindo a discussão sobre atendimento à saúde, Coelho et al. (2013) realizam um retrospecto teórico da bioética desde o Princípioalismo à Bioética de Intervenção, no intuito de propor que as contribuições desta última sejam adotadas na construção de políticas de saúde e nas práticas cotidianas dos profissionais dessa área. A visão ampliada da Bioética de Intervenção, em relação ao Princípioalismo, pode contribuir para um acesso aos sistemas de saúde de forma mais equitativa, ética e solidária.

A respeito do acesso à saúde suplementar, o artigo de Parizi et al. (2013) analisam as questões e conflitos éticos referentes a sua regulamentação em 1998 e os seus desdobramentos até o ano de 2010. Os autores adotaram a metodologia qualitativa com a abordagem teórica da Bioética de Intervenção, enquadrando a saúde suplementar como problemas persistentes verificados nos países periféricos.

Entre os artigos elencados no levantamento em apreço, onze publicações realizam debates sobre as bases conceituais da bioética. Os estudos de Garrafa (2005a e 2005b), Porto e Garrafa (2005), e Cruz e Trindade (2006) refletem o início da consolidação da discussão da Bioética de Intervenção no Brasil, apresentando-a como um novo marco teórico para o direcionamento da resolução de conflitos morais que permeiam os problemas persistentes e emergentes nos países periféricos. Os trabalhos sobre o tema destacam a realização do Sexto Congresso Mundial de Bioética (2002) em Brasília/DF e o seu documento final “Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice” como fundamentais para a ampliação da politização da bioética.

Segundo os estudos, a Bioética de Intervenção foi concebida a partir do utilitarismo e consequencialismo filosófico, em contraponto ao Princípioalismo, além de ter como aporte os direitos humanos. Temas como inclusão social, vulnerabilidade, emancipação, libertação, empoderamento, corporeidade e progresso biotecnocientífico são tratados na Bioética de Intervenção pelos autores, assim como a importância da promulgação da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO (DUBDH).

Esses pontos são reforçados no artigo de Nascimento e Garrafa (2011) que destaca a necessidade de politização, na perspectiva dos países do Sul, dos problemas morais postos pela bioética. Os autores discutem ainda a colonialidade da vida, assim como as duas bases da Bioética de Intervenção supracitadas, e propõem uma descolonização dos próprios conceitos de equidade e solidariedade trabalhados na Bioética de Intervenção como um aprimoramento teórico à disciplina.

Recentemente, foi realizado um estudo conduzido por Matsui et al. (2018) sobre a Bioética de Intervenção pautado nos conceitos de “princípios” presentes na filosofia, direito e bioética, de modo a relacioná-los às diversas situações envolvendo resolução de conflitos

morais. Além disso, apresenta o contraponto entre as visões Principlista e da Bioética de Intervenção, no sentido de ressaltar as críticas apresentadas por esta última a respeito da moralidade comum e da imutabilidade dos princípios.

No presente levantamento foi possível ainda identificar artigos que dialogam com os conceitos da Bioética de Intervenção, ao mesmo tempo que trazem ao debate perspectivas decoloniais, a exemplo de países latino-americanos e africanos. Nascimento e Martorell (2013) expõem as críticas colocadas pela Bioética de Intervenção em relação à hegemonia da bioética e dos padrões de vida dos países centrais. Apontam, ainda, para a importância da adoção da interseccionalidade, em termos de vulnerabilidade, na interpretação das diferentes realidades sociais, econômicas e culturais.

O trabalho de Fulgêncio e Nascimento (2012) relaciona os fundamentos da Bioética de Intervenção com as linhas filosóficas do bem viver (*buen vivir*) de origem aymara e o conceito banto de ubuntu. Tomasini e Ferreira (2018) realizam uma análise dos pontos em comum entre a Bioética de Intervenção e a categoria espacial “território” de Milton Santos, cujos resultados de pesquisas indicaram para a importância de uma análise bioética que leve em consideração os territórios em que os indivíduos estão inseridos.

Santos et al. (2014), por sua vez, traçam uma conexão da Bioética de Intervenção com a teoria de Paulo Freire da pedagogia da libertação, expondo os seus pontos coincidentes, como a preocupação com as populações vulneráveis e as desigualdades. O estudo resgata ainda o conceito de libertação adotado pela Bioética de Intervenção em 2005 e mostra como as duas perspectivas teóricas podem ser utilizadas em conjunto na construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com a justiça social.

Cabe destaque ao trabalho de Ferreira e do Nascimento (2015) que promove um resgate do percurso teórico da Bioética de Intervenção, desde a sua concepção até a sua consolidação como teoria de referência na América Latina contemporânea. Segundo os autores, a Bioética de Intervenção consiste em um paradigma bioético, o qual almeja atuar de forma interventiva sob os aspectos epistemológico e político, e com diálogo entre as partes.

O tema dos direitos humanos com recorte para a questão de gênero está presente em quatro artigos pesquisados. Destes, três discutem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o outro, o trabalho doméstico. O primeiro é de autoria de Paganí et al. (2007), o qual relaciona a Bioética de Intervenção com a teoria dos direitos humanos, aplicando ao caso concreto da gravidez entre adolescentes de 15 a 19 anos, e propõe os direitos humanos como fundamento de intervenção e o empoderamento como um caminho de intervenção.

Em seguida, de Biase e de Azevedo (2019) refletem sobre o papel da Bioética de Intervenção na elaboração de normas relacionadas ao aborto, para que as populações mais vulneráveis possam ter os seus direitos fundamentais assegurados. De acordo com o estudo, o silenciamento muitas vezes imposto às mulheres em relação ao tema e a criminalização da prática, leva mulheres a realizarem esse procedimento de forma clandestina. Sendo assim, o estudo salienta a importância de se tratar o aborto como uma questão de saúde pública.

Nessa linha, Sabô e Manchola (2018) tratam a questão do aborto e também da justiça reprodutiva das mulheres negras, na perspectiva de defesa dos direitos destas mulheres em relação às escolhas sobre o processo reprodutivo dos seus corpos. O estudo chama atenção ainda para a responsabilidade do Estado em relação às condições inseguras e precárias que as mulheres negras enfrentam tanto ao realizarem abortos, como ao conceberem pela maternidade.

A questão racial se faz presente também no artigo de Porto (2008), o qual tem como objeto de estudo as trabalhadoras domésticas, atividade exercida predominantemente por mulheres negras. A autora discute as difíceis condições de trabalho e relações de poder que estas trabalhadoras enfrentam no seu cotidiano, fruto da discriminação racial existente no Brasil. Em ambos os artigos, a Bioética de Intervenção é indicada como caminho para dar visibilidade às questões concernentes às mulheres negras, bem como promover a participação social e ampliar as moralidades impostas por determinados grupos e indivíduos.

O tema da segurança alimentar foi identificado nos artigos de Bonfim et al. (2018) e Carvalho et al. (2019). O primeiro foca na análise das alterações propostas à Lei nº 9.456/1997 relativas à proteção de cultivares e as suas consequências para populações tradicionais e demais grupos vulneráveis. O estudo baseou a sua análise nas bases teóricas da Bioética de Intervenção nos princípios da DUBDH, bem como discute a proposta da solidariedade crítica.

Utilizando os mesmos fundamentos teóricos, o segundo artigo examina a relação entre as obras de Josué de Castro sobre a problemática da fome e a Bioética de Intervenção, mais especificamente a DUBDH. Carvalho et al. (2019) explicitam a proximidade de Castro com as bioéticas latino-americanas, o qual, ao longo de sua vida, trabalhou questões relativas a desigualdades sociais e injustiças como causadoras de insegurança alimentar e nutricional da população.

Cornelli et al. (2018) discutem a importância da Bioética de Intervenção para o contexto dos migrantes e refugiados, em razão da sua proposta intervencionista, de forma a promover a justiça, reconhecer a cidadania, respeitar a autonomia e garantir direitos fundamentais e políticos. Assim como no estudo de Bonfim et al. (2018), o artigo também discorre sobre a solidariedade crítica e se apoia na DUBDH. Outros pontos importantes que são citados pelos autores são a corporeidade e os quatro “Ps”: prudência, prevenção, precaução e proteção.

Ainda que grande parte dos artigos selecionados neste estudo também tratem de temáticas referentes à questão da vulnerabilidade, direta ou indiretamente, outras duas publicações foram classificadas na linha teórica “populações vulneráveis e conceito de vulnerabilidade” por tratarem especificamente sobre o assunto. Enquanto Morais e Monteiro (2017) levantam os vários conceitos de vulnerabilidade e integridade, de Oliveira e Garrafa (2018) investigam o papel do Estado em relação às pessoas vulneráveis.

O primeiro estudo se baseia em teorias, documentos e instrumentos internacionais de bioética e direitos humanos, assim como nos conceitos apresentados por Rendtorff e Kemp, Solbakk, Schramm e Kottow, e Neves. Ademais, os autores citam a DUBDH como marco internacional na construção de um conceito de vulnerabilidade atrelado a uma discussão crítica sobre o tratamento dado às populações, ao pluralismo moral e às relações de poder, em conjunto com as discussões bioéticas latino-americanas.

Por sua vez, de Oliveira e Garrafa (2018) mapeiam trabalhos que exploram essa questão atrelada ao comportamento estatal, o qual deve ser um agente de proteção às pessoas vulneráveis. O artigo pauta o caso brasileiro, em que a ocorrência de desigualdades sociais provoca assimetrias no acesso a direitos, participação e manifestação, cuja solução passa pela Bioética de Intervenção.

Finalmente, a categoria “regulação em saúde” abrange as pesquisas de Delgado et al. (2007), Sousa et al. (2018), Garrafa et al. (2017) e da Veiga et al. (2011) referentes à atuação estatal na assistência farmacêutica e publicidade de medicamentos e outros produtos que podem ter consequências à saúde das pessoas. O primeiro artigo estuda os

efeitos da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (RDC) 102/2000 que regula a publicidade de medicamentos comercializados sob prescrição, com foco na qualidade das informações que são veiculadas.

Considerando o contexto da América Latina marcado por desigualdades, o que requer a ação estatal em prol dos vulneráveis que são consumidores desses produtos, Delgado et al. (2007) propõem a Bioética de Intervenção como ferramenta para resolução desses problemas, por meio de um novo utilitarismo solidário. Outrossim, discutem as condutas éticas dos profissionais de saúde em relação à influência da indústria farmacêutica na prescrição destes medicamentos.

A questão da publicidade e comportamento ético também é tema do estudo de da Veiga et al. (2011). Os autores apuraram os impactos da publicidade na população e da aplicação da legislação brasileira que rege a divulgação de cinco categorias de produtos regulados pela Anvisa: fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, alimentos em geral e alimentos para crianças. De acordo com o estudo, a Bioética de Intervenção deve ser evocada para garantir que o Estado proteja e garanta os direitos dos cidadãos.

Sousa et al. (2018) analisam os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf), os quais se constituem como parte do processo de aquisição de medicamentos pela população nas farmácias especializadas. Estes PDCT preveem os Termos de Esclarecimento e Responsabilidade (TER) que devem ser assinados pelos pacientes ou seus representantes. A adoção da Bioética de Intervenção como método analítico dos procedimentos adotados na assistência farmacêutica é indicado para avaliar a autonomia e a vulnerabilidade destes pacientes, no que diz respeito a privacidade, confidencialidade e acesso à informação.

Escrito por Garrafa et al. (2017), o artigo sobre vigilância sanitária busca contribuir para o aprimoramento da Anvisa, desde as suas normas, até a atuação dos servidores públicos desse órgão. O aporte teórico reúne os preceitos da DUBDH e a Bioética de Intervenção, incluindo os quatro “P’s”. Em relação à Declaração, os dispositivos trabalhados foram o art. 4º, sobre benefício e dano, e o art. 20 que versa sobre avaliação e gerenciamento de riscos.

Discussão e conclusões

Em vista dos estudos analisados, em termos de desenvolvimento teórico, verifica-se uma rápida evolução da Bioética de Intervenção em menos de duas décadas, tomando como referencial a realização do Sexto Congresso Mundial de Bioética em 2002. Ao longo desse tempo, foram realizadas pesquisas e elaborados estudos, os quais traduziram-se em artigos científicos, teses e dissertações, e apresentações de trabalhos. No levantamento em questão, foram identificados trinta estudos nas bases de dados, sendo a maior parte publicada nos dois principais periódicos da área da bioética: Revista Brasileira de Bioética (RBB) da UnB e Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Os artigos abrangem uma grande multiplicidade de temas, classificados aqui em cinco grandes assuntos, cuja predominância de estudos foi observada na linha teórica “bases conceituais da Bioética de Intervenção e perspectivas decoloniais”, totalizando em onze artigos científicos. As discussões das interseccionalidades também vêm abrindo horizontes na Bioética de Intervenção, ao realizar recortes por gênero, raça, etnia, condição de saúde e vulnerabilidade social. Entretanto, levando-se em conta os grandes desafios enfrentados por negras e negros; mulheres; LGBTQIA+; portadores de deficiências, síndromes e DR; população idosa; e demais públicos vulneráveis, tornam-se necessárias a ampliação dos estudos, em termos numéricos, e o aprofundamento de pesquisas a respeito.

No geral, as publicações vêm pautando consideravelmente a questão das vulnerabilidades e a importância de se quebrar o paradigma da moralidade comum na resolução de conflitos bioéticos, sociais e culturais. Para isso, aponta-se como caminho a Bioética de Intervenção, a qual se mostra aberta a dialogar com outras epistemologias do Sul ao tratar dos problemas persistentes e emergentes, classificação concebida pelo bioeticista Volnei Garrafa, a principal referência teórica neste campo.

Outro ponto de destaque nos artigos é a defesa do Estado nacional como instância promotora e garantidora de direitos, e que deve respeitar a autonomia dos indivíduos, principalmente aqueles em condição de vulnerabilidade. A necessidade de participação da sociedade na elaboração de políticas públicas, nas discussões dentro dos próprios serviços de assistência à saúde e na sua regulação é apontada pelos estudos como uma das ferramentas resultantes da Bioética de Intervenção e dos preceitos da DUBDH.

A solução para a diminuição das desigualdades e vulnerabilidades, assim como do preconceito e racismo, encontra na Bioética de Intervenção uma acolhida teórica e metodológica decolonial, voltada à proteção das populações e ao exercício da solidariedade crítica. A Bioética de Intervenção é uma ponte para a resolução dos diversos conflitos morais existentes na sociedade, com base na compreensão, na corporeidade, na pluralidade moral e proteção social.

Referências

- Bernardes, Liliane, Izabel Madeira, Carlos Spezia e Teresa Cavalcanti. 2009. "Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas." *Ciênc saúde coletiva* 14, no. 1: 31-8. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100008>
- Bonfim, Isabela, Pedro Gomes, Chistiane Haidar, Volnei Garrafa. 2018. "Bioética e cultivares - estudo comparativo entre o projeto de Lei n. 827/2015 e a Lei de Proteção de Cultivares." *Revista de Direito Sanitário* 19, no. 1: 11. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v19i1p11-31>
- Campello, Ana, Anelise Guimarães e Maria Lima. 2013. "Da ética principialista para a bioética de intervenção: sua utilização na área da saúde." *Tempus* 7, no. 4: 239-253.
- Cornelli, Gabriele, Inaya Potyra e Savio Gonçalves. 2018. "Proteção da dignidade humana de migrantes e refugiados: uma proposta de intervenção." *Ethic@* 17, no. 1: 125-146. <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2018v17n1p125>
- Cruz, Marcio e Etelvino Trindade. 2006. "Bioética de Intervenção - uma proposta epistemológica e uma necessidade para sociedades com grupos sociais vulneráveis." *Revista Brasileira de Bioética* 2, no. 4: 483-500. <https://doi.org/10.26512/rbb.v2i4.8175>
- da Veiga, Erika, Maria Moron, Thiago da Cunha e Volnei Garrafa. 2011. "A legitimidade da intervenção estatal na publicidade de produtos sujeitos à vigilância sanitária." *Revista Direito Sanitário* 12, no. 2: 91. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v12i2p91-111>
- de Biase, Larissa e Elda de Azevedo. 2019. "O aborto clandestino e a vulnerabilidade social no Brasil: desigualdade em saúde, direitos humanos e bioética de intervenção." *Revista Brasileira de Bioética* 14: 28. <https://doi.org/10.26512/rbb.v14iedsup.24225>

- do Nascimento, Dalvina e Nathan Monsores. 2019. "Interlocuções das associações de pacientes com doenças raras, indústria farmacêutica e Estado, sob a reflexão da bioética de intervenção." *Revista Brasileira de Bioética* 14: 54. <https://doi.org/10.26512/rbb.v14iedsup.24525>
- do Nascimento, Wanderson e Volnei Garrafa. 2011. "Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade." *Saúde e Sociedade* 20, no. 2: 287-299. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200003>
- do Nascimento, Wanderson. 2010. *Por uma vida descolonizada: Diálogos entre a Bioética de Intervenção e os Estudos sobre Colonialidade (tese)*. Brasília: Universidade de Brasília.
- de Oliveira, Isis e Volnei Garrafa. 2019. "Vulnerabilidade social e proteção - um olhar a partir da bioética de intervenção." *Revista Brasileira de Bioética* 14: 19. <https://doi.org/10.26512/rbb.v14iedsup.24127>
- Delgado, María José, Magnely Gomes, Nilza Diniz, Jansen Ribeiro e Garrafa Garrafa. 2007. "Análise bioética da propaganda e publicidade de medicamentos." *Ciênc saúde coletiva* 12, no. 1: 221-229. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000100025>
- Ferreira, Saulo e Wanderson do Nascimento. 2015. "A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo." *Revista de Bioética* 23, no. 2: 277-284. <https://doi.org/10.1590/1983-80422015232066>
- Fulgêncio, Cristiane e Wanderson Nascimento. 2012. "Bioética de intervenção e justiça: olhares desde o sul." *Revista Brasileira de Bioética* 8, no. 1-4: 47-56. <https://doi.org/10.26512/rbb.v8i1-4.7776>
- Garrafa, Garrafa. 2005. "Inclusão social no contexto político da bioética." *Revista Brasileira de Bioética* 1, no. 2: 122-132. <https://doi.org/10.26512/rbb.v1i2.8066>
- Garrafa, Garrafa e Camilo Manchola-Castillo. 2005. "Da bioética de princípios a uma bioética interventiva." *Revista Brasileira de Bioética* 13, no. 1: 125-134. <https://doi.org/10.26512/rbb.v13i0.7599>
- Garrafa, Volnei e Dora Porto. 2002. "Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção." *Mundo Saúde* 26, no. 1: 6-15.
- Garrafa, Volnei e Dora Porto. 2008. "Bioethics of intervención", Em: Tealdi JC, (dir.), *Dicionário Latino-Americano de Bioética*. Bogotá: Rede Latino-americana e Caribenha de Bioética, UNESCO, Universidade Nacional da Colômbia.
- Garrafa, Volnei. 2006. "Multi-inter-transdisciplinaridade, complexidade e totalidade concreta em bioética". Em: Garrafa V, Kottow M, Saada A (org.) *Bases Conceituais da Bioética - enfoque latino-americano*. São Paulo: Gaia.
- Garrafa, Volnei, Karla Amorim, Ticiania Garcia e Camilo Manchola. 2017. "Bioética e Vigilância Sanitária." *Revista de Direito Sanitário* 18, no. 1: 121-139. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v18i1p121-139>
- Olivé L. 2006. "Epistemologia na ética e nas éticas aplicadas". Em: Garrafa, Volnei, Miguel Kottow e Alya Saada (org.). 2006. *Bases Conceituais da Bioética - enfoque latino-americano*. São Paulo: Gaia.

- Pagani, Luana, Cristina Lourenzatto, Juan Torres e Aline Albuquerque. 2007. "Bioética de Intervenção: aproximação com os direitos humanos e empoderamento." *Revista Brasileira de Bioética* 3, no. 2: 191-217. <https://doi.org/10.26512/rbb.v3i2.7925>
- Parizi, Regina, Paulo de Carvalho e Volnei Garrafa. 2013. "A saúde suplementar em perspectiva bioética." *Revista da Associação Médica Brasileira* 59, no. 6: 600-606. <https://doi.org/10.1016/j.ramb.2013.06.017>
- Porto, Dora e Volnei Garrafa. 2005. "Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado." *Revista Bioética* 13, no. 1: 111-123. <https://doi.org/10.1590/1983-80422015232066>
- Sabô, Beatriz e Camilo Manchola. 2019. "Bioética de intervenção, direitos humanos e justiça reprodutiva." *Revista Brasileira de Bioética* 14: 17. <https://doi.org/10.26512/rbb.v14iedsup.24124>
- Santos, Ivone, Helena Shimizu e Volnei Garrafa. 2014. "Bioética de intervenção e pedagogia da libertação: aproximações possíveis." *Revista Bioética* 22, no. 2: 271-281. <https://doi.org/10.1590/1983-80422014222008>
- Tavares, Marcela, Michelly Dias, Rachel de Carvalho. 2010. "Revisão integrativa: o que é e como fazer." *Einstein* 8, no. 1: 102-106.
- Tomasini, Ana e Luis Ferreira. 2019. "Bioética e Geografia: Aproximações acerca do território e da Bioética de Intervenção (BI) na formulação de uma epistemologia do Sul." *Revista Brasileira de Bioética* 14: 16. <https://doi.org/10.26512/rbb.v14iedsup.24122>